



MAPA INTERATIVO SOBRE LEGISLAÇÃO CLIMÁTICA NO BRASIL, UM RELATO DE CASO

GABRIELA DE SOUZA PERES CARVALHO; RENATA MORAES; RODRIGO MANOEL PEREIRA; TALITA SAMPAIO E SILVA

RESUMO

O mundo precisa que ações climáticas concretas de mitigação e adaptação se consolidem em todos os territórios do globo e a educação climática é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento efetivo de países adaptativos e resilientes. Em 2021, na COP-26, o governo brasileiro se comprometeu perante o mundo em reduzir em 50% as suas emissões de GEE até 2030. Entretanto, há uma estimativa de que o Brasil pode aumentar em 137% as suas emissões de GEE caso não sejam aplicadas e implementadas políticas públicas ambientais eficientes. Para avaliar como a legislação sobre clima estrutura e incentiva ações para mitigação dos impactos das mudanças climáticas no Brasil, o presente estudo teve como objetivo realizar o levantamento das legislações vigentes nas capitais e estados brasileiros que fossem relacionadas às mudanças climáticas. A partir desse levantamento percebemos que embora o tema esteja presente na legislação federal, estadual e municipal, constata-se que avanços sobre a implantação destas políticas são ainda pouco visíveis para sociedade. É difícil dizer o quanto realmente está sendo colocado em prática ou até que ponto sua funcionalidade está sendo efetiva. Como resultado desta pesquisa, elaboramos um mapa interativo - disponível para consulta online, que permite a visualização da legislação por estado e suas capitais, bem como acesso para leitura na íntegra do texto. O próximo passo será cruzar as informações obtidas para encontrar dispositivos, na legislação já vigente, para implementar legislação específica sobre educação climática. Neste contexto, o objetivo é incentivar que os cidadãos passem a solicitar projetos de lei para incluir educação climática no currículo escolar em suas cidades, estados e quem sabe em todo Brasil.

Palavras-chave: Educação pelo clima; Aquecimento global; Leis brasileiras; Justiça climática.

1 INTRODUÇÃO

Estamos na década mais decisiva para que ações climáticas concretas de mitigação e adaptação se consolidem no território brasileiro, e a educação climática é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento efetivo de um país adaptativo e resiliente. A crise climática impõe a necessidade de agir com urgência na redução das emissões e na adaptação aos severos impactos globais e locais, reconhecendo as especificidades de cada região e bioma brasileiro para criar ações adequadas à sua população e biodiversidade. Além disso, precisamos de uma agenda que permita o engajamento de diferentes atores como a união, estados, municípios, empresas, investidores e organizações da sociedade civil.

Estados e municípios podem e precisam legislar e adotar políticas públicas sobre mudança do clima, pois isso fornecerá subsídio às diversas comunidades na luta contra os impactos da crise climática em seus territórios. Entretanto, como podemos pressionar os

governos para adequar a legislação brasileira, e aumentar sua ambição climática no sentido de atender ao acordo internacional pela redução das emissões dos GEE, na elaboração de ações que promovam a educação e justiça climática, sem conhecermos o que já foi feito?

Em 2021, na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP-26), o governo brasileiro se comprometeu perante o mundo em reduzir em 50% as suas emissões de GEE até 2030. Entretanto, um projeto desenvolvido pelo Centro Clima em parceria com outras instituições, aponta para um cenário no qual o Brasil pode aumentar em 137% as suas emissões de GEE caso não sejam aplicadas e implementadas políticas públicas ambientais eficientes (CENTRO CLIMA, 2022).

O presente estudo teve como objetivo geral realizar o levantamento das legislações vigentes no Brasil que fossem relacionadas às mudanças climáticas. O primeiro objetivo específico foi pesquisar referências documentais e reunir a legislação brasileira voltada às mudanças climáticas, sistematizando o resultado por estado e capitais. O segundo objetivo específico foi o de criar o Mapa interativo sobre legislação climática, que é parte de um estudo maior que objetiva identificar as políticas públicas, e os processos educativos ligados às Mudanças Climáticas no Brasil, ainda em andamento.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O ponto de partida de nosso estudo - a primeira parte de nosso trabalho, foi a atualização das leis apresentadas em 3 documentos principais:

- O levantamento apresentado pelo anexo 2 da publicação “*Una mirada a las NDC de America Latina desde el Observatorio Latinoamericano para la Acción Climática*” (Observatorio Latinoamericano para la Acción Climática - OLAC, 2019), onde foi possível encontrar as leis brasileiras vigentes até 2019;
- O relatório “Como os governos estaduais brasileiros enfrentam a mudança do clima?” (Disclosure Insight Action - CDP Worldwide, 2021); e
- A publicação “Como contribuir para criar e implementar políticas públicas sobre mudança do clima?” (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente - ABEMA, 2020).

O grupo de trabalho foi constituído por Biatriz Barbosa, Elianne Omena, Flávia Alves Soares, Gabriela de Souza Peres Carvalho, Jorge Barros, Leandro Carvalho Mathias da Costa, Luan Werneck, Natalia Almeida Brito, Renata Moraes, Rodrigo Pereira, Samantha Graiki Proença, Talita Sampaio e Silva e Thalison Correa - ativistas climáticos da organização internacional The Climate Reality Project*

A segunda parte deste trabalho foi uma pesquisa sobre referências documentais, via internet, utilizando como palavras-chave: fórum de mudanças climáticas, fundo estadual de mudanças climáticas, política sobre mudança do clima e educação climática. Essa busca resultou em decretos, leis e instruções normativas referentes a mudanças climáticas mais recentes, que não estavam contabilizadas nos documentos de pesquisa iniciais.

A terceira parte é a elaboração de um mapa interativo com o resultado das pesquisas descritas anteriormente. Esse mapa, que está disponível para consulta online, foi criado por Rodrigo Pereira, e permite a visualização da legislação por estado e suas capitais, bem como acesso para leitura na íntegra do texto. A atualização do mapa está prevista para acontecer a cada 6 meses.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Figura 1, pode-se visualizar a página do Mapa interativo sobre a legislação climática no

Brasil, disponível em <https://view.genial.ly/635934ad0057190011664280>.

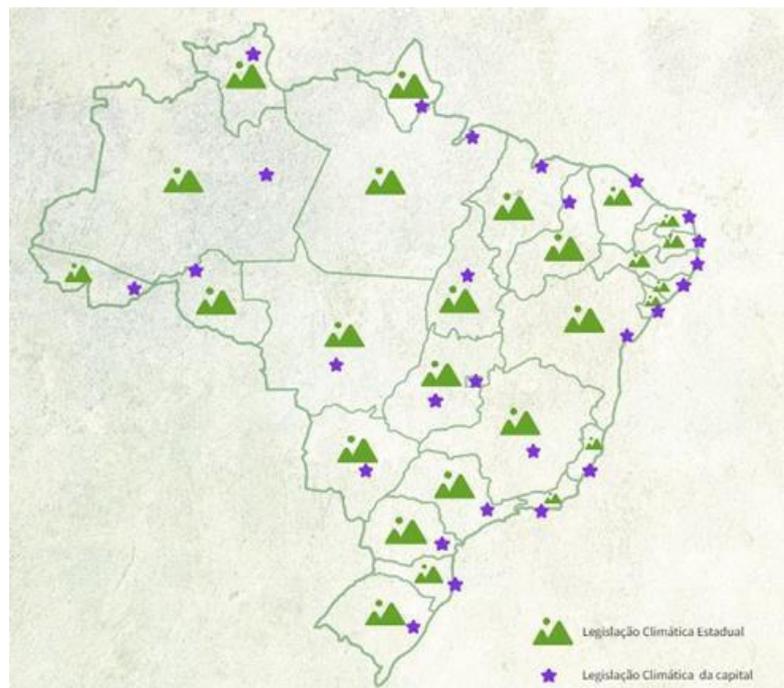


Figura 1 - Mapa Brasileiro da Legislação Climática.

Fonte: Elaborado por Rodrigo Pereira (2022).

Ao clicar no ícone montanha, é possível visualizar a legislação climática do estado e clicando no ícone estrela, a visualização é da legislação referente a capital.

Na Figura 2, temos exemplificado com o estado de São Paulo como fica o resumo das leis presentes no Mapa, após clicar no ícone desejado (montanha ou estrela). Ao clicar em qualquer um dos links, é redirecionado para o site onde é possível a leitura da lei na íntegra.

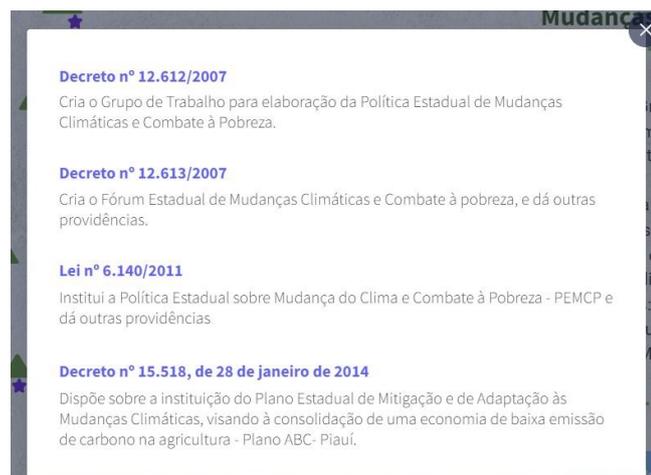


Figura 2 - Exemplo das leis do estado de São Paulo, presentes no Mapa.

Fonte: Elaborado por Rodrigo Pereira (2022).

A elaboração desse mapa interativo permite a toda comunidade brasileira o acesso fácil e rápido sobre as legislações voltadas às mudanças climáticas. A facilidade de acesso dá subsídio ao engajamento qualificado, construindo uma participação cidadã, possibilitando a transformação da realidade de vida e o estabelecimento de um processo emancipatório. Assim, o conhecimento da legislação possibilita, enquanto sociedade civil, a melhoria da legislação em vigor e a cobrança de avanços frente ao tema, bem como a sua aplicabilidade.

4 CONCLUSÃO

Nossa avaliação do quadro geral da legislação sobre clima no Brasil, demonstra que embora o tema esteja presente na legislação federal, estadual e municipal, constata-se que avanços sobre a implantação destas políticas são ainda pouco visíveis para sociedade. Ainda há muito o que avançar, pois nem todo estado/município possui uma legislação completa, que abranja: planos de mitigação, ações que diminuam e/ou anulem os principais agentes causadores do aquecimento global, educação e justiça climática.

No que se refere à educação climática verifica-se que a maior parte da legislação encontrada está sob outras legislações e pouquíssimas inserem o clima em no ensino formal das escolas públicas. É difícil dizer o quanto realmente está sendo colocado em prática ou até que ponto sua funcionalidade está sendo efetiva.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENTIDADES ESTADUAIS DE MEIO AMBIENTE - ABEMA.

Como contribuir para criar e implementar políticas públicas sobre mudança do clima?

Brasília: Abema, 2020. Disponível em:

https://www.abema.org.br/images/publicacoes/2020_10_27- Cartilha.pdf. Acesso em: 29 nov. 2022.

CENTRO CLIMA - CENTRO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE MEIO AMBIENTE E

MUDANÇAS CLIMÁTICAS - COPPE - UFRJ. **As Emissões de Gases de efeito estufa do Brasil em um Cenário de Continuidade até 2030.** 2022. 45 p. Disponível em:

<https://clima2030.org/wp-content/uploads/2022/09/Cenario-Continuidade.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

DISCLOSURE INSIGHT ACTION - CDP. **COMO OS GOVERNOS ESTADUAIS BRASILEIROS ENFRENTAM A MUDANÇA DO CLIMA?** Inglaterra: Cdp, 2021.

Disponível em: [https://cdn.cdp.net/cdp-](https://cdn.cdp.net/cdp-production/cms/reports/documents/000/005/845/original/CDP-relatorio_governoseclima-FINAL_.pdf?1628892687#:~:text=20%20estados%20trabalham%20em%20colabora%C3%A7%C3%A3o,de%20gases%20de%20efeito%20estufa)

[production/cms/reports/documents/000/005/845/original/CDP-relatorio_governoseclima-FINAL_.pdf?1628892687#:~:text=20%20estados%20trabalham%20em%20colabora%C3%A7%C3%A3o,de%20gases%20de%20efeito%20estufa](https://cdn.cdp.net/cdp-production/cms/reports/documents/000/005/845/original/CDP-relatorio_governoseclima-FINAL_.pdf?1628892687#:~:text=20%20estados%20trabalham%20em%20colabora%C3%A7%C3%A3o,de%20gases%20de%20efeito%20estufa). Acesso em: 29 nov. 2022.

OBSERVATORIO LATINOAMERICANO PARA LA ACCIÓN CLIMATICA - OLAC. **Una mirada a las NDC de America Latina desde el Observatorio Latinoamericano para la Acción Climática.** América Latina: Olac, 2019. Disponível em: [https://a1f7a9c2-c300-4bce-](https://a1f7a9c2-c300-4bce-a10a-f8410b8932f0.filesusr.com/ugd/32948d_3fda99f6cc49461d865e7c25585a1fe6.pdf)

[a10a-f8410b8932f0.filesusr.com/ugd/32948d_3fda99f6cc49461d865e7c25585a1fe6.pdf](https://a1f7a9c2-c300-4bce-a10a-f8410b8932f0.filesusr.com/ugd/32948d_3fda99f6cc49461d865e7c25585a1fe6.pdf).

Acesso em: 29 nov. 2022.

* O Climate Reality Project é uma organização mundial criada pelo ex-vice-presidente estadunidense Al Gore para promover o debate e a conscientização sobre a emergência climática, bem como a promoção de soluções e ações climáticas por meio de seus 42 mil Líderes da Realidade Climática ao redor do mundo, sendo quase 4 mil no Brasil.